REUNIÃO DO COSAG

DIRETRIZES DO PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2021/22

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio (Cosag) foi realizada em 3 de maio último, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

ABERTURA



JACYR COSTA FILHO
Presidente do Cosag/Fiesp

Contamos com a presença e a disposição gentil da ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que, mais uma vez, prestigia essa reunião do Cosag e que já participou tanto nas formas presenciais, como por *lives*. É uma honra desfrutar da sua presença, tendo em vista o que faz e representa para o agronegócio, seja no Brasil, seja no exterior. Infelizmente, a pandemia impede essa peregrinação ao redor do mundo para abrir e conquistar mercados. Gostaríamos de aproveitar para cumprimentar a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pelo seu 48º aniversário, com os breves comentários do seu presidente, Celso Luiz Moretti.

COMEMORAÇÃO DOS 48 ANOS DA EMBRAPA



CELSO LUIZ MORETTI
Presidente da Embrapa

Comemoramos esse aniversário de uma trajetória exitosa com a divulgação do 7º Plano Diretor da Embrapa. Construído a uma centena de mãos, o documento aponta os caminhos até 2030, obviamente conectados ao agro brasileiro. Estabelecemos onze objetivos estratégicos e 29 metas quantificáveis. Citaremos duas metas até 2025: dobrar o número de usuários das nossas plataformas digitais e aumentar em 10 milhões de hectares os sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Há 24 anos, avaliamos o balanço social da empresa. Retornamos R$ 17,00 para a sociedade de cada R$ 1,00 colocado internamente. Analisamos o impacto dos produtos e dos serviços de 152 tecnologias e 220 cultivares desenvolvidas pela Embrapa ao produtor. Somos uma empresa pública, dependente da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com lucro gerado de R$ 61 bilhões em 2020. Para se ter uma ideia, cerca de 70% do feijão-carioquinha plantado no Brasil utiliza o nosso material.

Fizemos uma série de lançamentos para comemorar esse aniversário. Para o algodão, foi a semente transgênica BRS 500, resistente à mancha de ramulária e ao nematoide-das-galhas. O produto estará à disposição dos produtores na safra 2021/22 adaptado às condições dos cerrados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo. Já na soja, temos a variedade convencional BRS 539, com resistência à ferrugem asiática e tolerância ao complexo de percevejos, com países interessados na sua importação.

Desenvolvemos a plataforma aquaPLUS®, para manejo e apoio ao melhoramento genético de várias espécies aquícolas, como tambaqui, truta, tilápia e pirapitinga, entre outras. Como bioinsumo, temos o produto chamado Auras, uma bactéria encontrada nas raízes do mandacaru (planta da Caatinga) que aumenta a resistência dos cereais à seca durante as épocas de estiagem. Na sanitização da polpa do açaí, um novo processo evita a sua contaminação pelo *Trypanosoma cruzi*, agente causal da doença de Chagas. Por último, temos a nanoemulsão da película de cera da carnaúba, para evitar a perda d'água e aumentar a vida de prateleira das frutas e das hortaliças.

AVANÇOS E FUTUROS NA POLÍTICA AGRÍCOLA



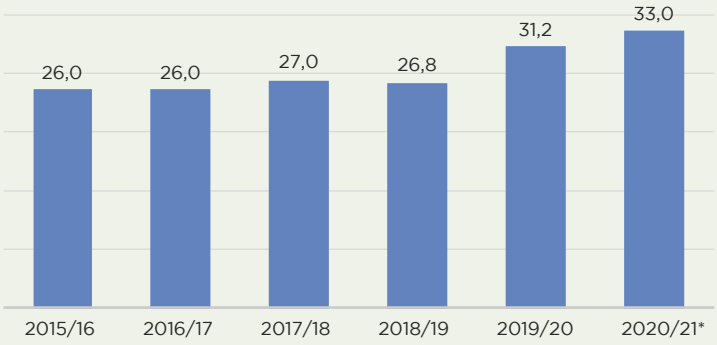
TEREZA CRISTINA
Ministra do MAPA

Nessas duas últimas safras, com grandes dificuldades, aumentamos os recursos para o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), com negociações apertadas da STN e do Banco Central do Brasil (BCB). Lembramos que o MAPA incorporou e teve de assumir o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diante dessa mudança, buscamos priorizar e garantir os recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cujas taxas de juros são menores.

O orçamento do PAP corresponde a apenas um terço da demanda para bancar o tamanho da nossa produção. Diante disso, procuramos diversificar as fontes de financiamento e fortalecer os programas prioritários para investimento. Nesse processo, enquanto assistimos a uma redução da participação dos agentes financeiros públicos e privados no crédito rural tradicional, o sistema cooperativista passou a ganhar espaço.

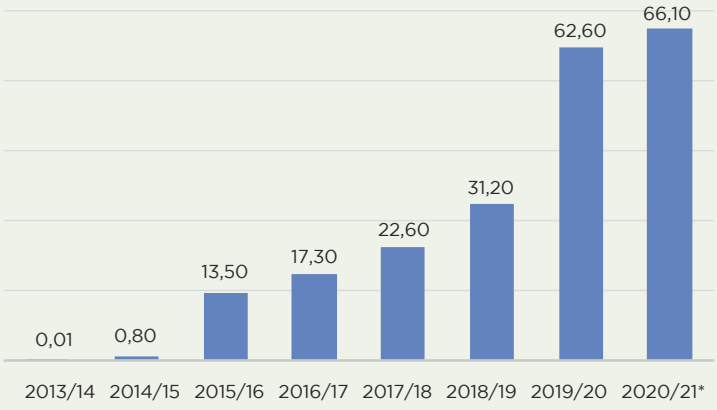
O sistema nacional de crédito rural passou por uma ampla reforma, introduzida com a Medida Provisória (MP) nº 897, chamada de MP do Agro, de outubro de 2019, que se transformou na Lei nº 13.986, a Nova Lei do Agro, em abril de 2020. Isso trouxe uma série de vantagens e oportunidades para atrair outras fontes de recursos do mercado de capitais para o agro. Assim, novas ferramentas têm sido introduzidas, enquanto cresce a utilização das fontes oriundas das aplicações dos investidores nas Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs).

RECURSOS APLICADOS NO PRONAF
(R$ BILHÕES)



*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

CONTRATAÇÕES COM LCA
(R$ BILHÕES)



*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

PARTICIPAÇÃO DOS AGENTES FINANCEIROS NO CRÉDITO RURAL TRADICIONAL
(%)

SAFRA	Públicos	Privados	Cooperativas	Desenvolvimento
2013/14	58,3	30,6	9,5	1,6
2014/15	56,7	30,5	10,7	2,1
2015/16	60,3	27,3	10,6	1,8
2016/17	53,0	32,6	13,4	1,0
2017/18	56,5	27,4	14,8	1,2
2018/19	54,6	26,8	17,3	1,3
2019/20	54,3	26,0	18,2	1,5
2020/21*	51,5	27,4	19,6	1,4

*Estimativa
Fonte: Sicor/BCB

LINHA DE PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS

Para a safra 2021/22, existem algumas preocupações pendentes. A demanda por proteína está aquecida tanto no mercado interno, como no externo. Isso impõe a necessidade de aumentar a produção de milho, sorgo e cereais de inverno para fabricação de ração voltada à alimentação da produção de carnes, leites e ovos. O Conselho Monetário Nacional (CMN) já tomou a decisão de ampliar os limites de crédito para o custeio dessas culturas, e mais recursos foram disponibilizados para as pequenas e as médias cooperativas formarem seus estoques de comercialização.

Queremos, também, ampliar os recursos para o financiamento da instalação da irrigação e aumentamos de R$ 400 milhões para R$ 1 bilhão os recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). No Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PAC), alocamos R$ 2,23 bilhões, com uma taxa de juros de 5% ao ano para unidades de 6 mil toneladas e 6% para as unidades maiores. Há uma redução nas subvenções do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), mas o setor bancário oferece crédito e faz as vendas de máquinas continuarem firmes. Com dez anos de existência, o Plano da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) mostrou que veio para ficar e será cada vez mais solicitado, dadas as exigências do mundo com relação às mudanças climáticas.

Aumentar a participação do financiamento privado faz parte do nosso esforço. Sendo o motor da economia nacional, todos entendem a importância de inserir recursos no agronegócio. Vivemos e seguimos com o problema grave da pandemia, mas o agro não parou. Continuamos a bater safras recorde, garantimos abastecimento com segurança alimentar e mantemos fortes as exportações.

PROBLEMAS NO CURTO PRAZO

Defrontamo-nos com problemas no curto prazo. Na política fiscal, temos as dificuldades orçamentárias agravadas com a pandemia, enquanto a política monetária sobe a taxa de juros da Selic. Pressionados com poucos recursos, teremos de ser criativos. O cenário é de preços elevados nas *commodities* agrícolas e compras antecipadas de insumos pelos produtores. Esse quadro faz o setor continuar a produzir mais.

As nossas prioridades ficam por conta de direcionar o crédito rural para pequenos e médios produtores e, enquanto isso, criamos mecanismos privados de financiamento. Precisamos aumentar a participação dos recursos livres no crédito agropecuário, com operações condicionadas à adoção de tecnologias e práticas sustentáveis, alinhadas ao conceito de ESG (sigla para *environmental, social and governance*). No seguro rural, a expansão segue firme como estratégia de prioridade.

Com a expectativa de ser uma ferramenta definitiva, temos o sucesso da operação-piloto do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) garantida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a qual pode ser atrelada à variação cambial, à taxa de juros e a outras flexibilizações. Existem exemplos de operações viáveis feitas no exterior, em dólares e classificadas como verdes. Já a emissão eletrônica da Cédula de Produto Rural (CPR) trouxe segurança jurídica e rapidez. Esses mecanismos ampliam as fontes de crédito acessíveis para o produtor e mostram o mercado de capitais com potencial enorme para a agricultura sustentável brasileira.

O Congresso Nacional (CN) avalia os vetos presidenciais dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), criados pela Lei nº 14.130/21. Olhamos com boa expectativa para o futuro desse



instrumento. Ele será uma oportunidade para o investidor urbano ter acesso ao agronegócio como uma alternativa de investimento quando ponderados o risco e o retorno proporcionado pelo setor.

PILARES DE SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para fortalecer os pilares da sustentabilidade na produção agropecuária brasileira, a implementação do Código Florestal será vital. A validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as ações do Programa de Regularização Ambiental (PRA) são dois passos vitais para isso. O MAPA acaba de oferecer a Análise Dinamizada do Cadastro Ambiental Rural (AnalisaCAR), uma ferramenta digital para os estados fazerem a verificação de forma mais célere das propriedades rurais com Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP). Ganharemos tempo e teremos uma fotografia e um diagnóstico do campo brasileiro. Os casos com problemas terão de passar por visita e análises posteriores.

Os aumentos de produção e produtividade a partir de modernas tecnologias e práticas sustentáveis no campo devem impulsionar o mercado de títulos verdes no Brasil. Junto à Climate Bonds Initiative (CBI), a única certificadora global de títulos verdes, o MAPA lançou, no ano passado, o Plano de Investimento para Agricultura Sustentável, para fornecer maiores entendimento e visibilidade sobre o cenário de oportunidades de investimento verde no agronegócio brasileiro.

Junto à Embrapa e ao BCB, o MAPA, trabalha para ampliar o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Esperamos terminar o governo com um orçamento de R$ 1,6 bilhão no PSR. De 2018 a 2020, as operações passaram de 63 mil para 193 mil apólices, a área coberta de 4,7 milhões para 13,7 milhões de hectares e o valor segurado de R$ 12,0 bilhões para R$ 54,7 bilhões.

Nas sanidades animal e vegetal, recebemos um financiamento de US$ 200 milhões para trabalhar os programas de defesa do MAPA, com contratação de auditores fiscais e



SHUTTERSTOCK

médicos-veterinários, e rever o regulamento de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal. Mandamos para o CN a Lei do Autocontrole, que desregulamenta muito e dá ao empresário o protocolo para garantir a qualidade do seu produto. Para fechar, temos o reconhecimento da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de livres da febre aftosa sem vacinação os estados do Pará, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Rondônia.

Com relação à regularização fundiária, o assunto é importante na região Norte. Há dois Projetos de Lei (PLs) no CN com propostas para verificação eletrônica por cruzamentos de bancos de dados e conformidades da documentação para emissão dos títulos de propriedade. Precisa-se definir o tamanho das propriedades. Outro assunto é o Plano Nacional de Fertilizantes, um esforço do governo federal para aumentar a competitividade interna desse insumo, do qual importamos 80% do que consumimos. O Programa Nacional de Bioinsumos do MAPA, por exemplo, visa aproveitar o potencial da nossa biodiversidade brasileira para aumentar a oferta de matéria-prima ao setor.

Existem oportunidades para o Brasil crescer as suas exportações para a Ásia. Em quatro anos, na China, mais de 200 milhões de famílias terão uma renda média anual superior a US$ 35 mil. Isso representa uma demanda maior por alimentos. Mas vários países desse continente crescerão de forma acelerada. Bem posicionado no mundo para atender essas demandas, o Brasil precisa que a sua produção e a sua participação aumentem, fazendo com que haja mais carnes nos mercados. Na África, diversos países deverão se tornar grandes produtores, enquanto a Rússia consegue autossuficiência de carne bovina, a qual importava do Brasil. Viva as nossas agricultura e pecuária movidas a ciência! Os nossos produtores rurais, com certeza, continuarão fazendo a riqueza deste País.

ENCERRAMENTO



ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e titular da Cátedra de Agronegócios da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP)

Temos de somar e reconhecer para todo mundo o papel e o trabalho extraordinários dentro do governo da ministra Tereza Cristina, à frente do MAPA. Ela mostrou um desempenho realmente invejável diante das dificuldades surgidas durante a pandemia. Os dados apresentados mostram o esforço pessoal da ministra e da sua ótima equipe, sempre também muito ativa nos processos de apoio à agricultura.

Apesar de tanta coisa boa ter sido apresentada, sublinhamos três pontos que nos parecem centrais em termos de modernização do agro no Brasil:

- Quanto ao conceito de ESG, quando trata de fortalecer os pilares da sustentabilidade no Brasil, é uma informação muito importante considerar a implementação do Código Florestal, com a validação do CAR, o investimento na ampliação do ZARC e a viabilização do financiamento verde, facilitada pela própria Nova Lei do Agro. Então, consideramos que o Brasil está muito à frente de outros países na abordagem de ESG, graças ao trabalho da ministra e da sua equipe. Queremos parabenizá-la por esse fato. Hoje, as empresas brasileiras e do mundo inteiro fazem uma gestão voltada para essa questão ambiental, social e de governança. O nosso agro não poderia ficar de fora desse movimento.

- Dado que o seguro rural é uma das políticas mais relevantes para a estabilidade de renda em um país agrícola, como é o Brasil, com operações funcionando adequadamente, a sua apresentação realmente deu uma grande ênfase para o PSR. No seu mandato, planeja-se que os recursos para a subvenção ao prêmio cresçam. As modernas formas de avaliação dos resultados mostram a expansão formidável no tamanho da área segurada e na quantidade de apólices realizadas.

- Quanto aos avanços notáveis no tema sensível da sanidade, sobretudo tendo em vista a inserção internacional do Brasil, conseguimos conquistar o *status* de livre de febre aftosa sem vacinação para mais estados e captamos mais financiamentos para contratar auditores fiscais e médicos-veterinários. Isso mostra sinais de avanço e modernização de todo esse processo.

Na verdade, a apresentação da ministra é uma exposição vitoriosa, fruto de um trabalho competente, admirado e respeitado por todos nós. Fazemos da Tereza Cristina o nosso grande general na atividade em defesa do agro brasileiro. Sustentabilidade, seguro e sanidade são três temas muito importantes. É claro que temas como regularização fundiária e oportunidades comerciais na Ásia também são muito caros, mas esses primeiros três são centrais. ■